

A iluminação urbana e ambiental como instrumento de valorização das Cidades Históricas e Áreas Urbanas

Somos hoje confrontados com o valor da imagem mediática produzida como produto cénico a que a indústria patrimonial tende a obrigar e a subordinar os seus destinos, em declarada oposição ao sentido original do termo património, que apareceu ligado à ideia de herança e de transmissão legal de pais para filhos¹. A necessidade de recuperar estes valores levou a sucessivas tentativas de delimitar o que pode ser transmissível às gerações seguintes, como símbolo de identidade cultural. Assim, surgem ao longo do tempo sucessivos postulados que visam a valorização e salvaguarda do património histórico, embora reflectindo um pensamento teórico, sempre demasiadamente lento, para preencher as expectativas da realidade cultural construída pelo Homem.

Para melhor compreendermos esta situação, e no panorama das Cartas Internacionais, teríamos que recuar no tempo e identificar os três momentos em que o conceito de valorização do património histórico-artístico sofre uma notória evolução, sendo eles: a *Carta de Atenas* (1931), a *Carta de Veneza* (1964) e a *Carta das Cidades Históricas* (1987). A *Carta de Atenas* lançou os primeiros princípios que vão estar na base da conservação e restauro dos monumentos, embora toda a problemática que diz respeito à escala urbana seja completamente ignorada. A *Carta de Veneza*, que surge na sequência da explosão demográfica, do desenvolvimento das cidades industriais e da conseqüente degradação dos centros históricos, quebrou radicalmente a tradição de considerar o monumento como um objecto individual. Finalmente, a *Carta Internacional*

de Cidades Históricas e Áreas Urbanas, adoptada pela 8.^a Assembleia Geral da ICOMOS, em Washington, em 1987, vem agora articular as cidades com os monumentos históricos e os valores a proteger, dando, assim, continuidade ao mote lançado pela própria *Carta de Veneza*: uma cidade deverá evoluir no tempo e no espaço, a fim de salvar guardar equilíbrios e harmonias materiais e espirituais.

Mas o que mais importa referir, neste momento, é a importância que este novo documento atribui à ideia de a protecção das cidades históricas e conjuntos ser considerada uma actividade que deverá associar não só as políticas económicas e sociais de desenvolvimento, como o planeamento (nacional, regional, local) à própria protecção dos monumentos históricos. Isto sugere uma outra compreensão da complexidade do espaço urbano co-

mo veículo que, ao transportar e conter um conjunto animado de referências e histórias, demonstra a capacidade de o sistema assimilar e articular o tempo no espaço.

Cada vez mais, se reconhece que “a cultura patrimonial” não está no edifício singular, nem no conjunto edificado, mas na relação constante entre o tipo de espaço público e a tipologia edificada². Edificar é fazer espaço e um espaço qualificado define um lugar de relações axiais³.

Porém existe uma outra dimensão de espaço urbano que, por ignorância ou preconceito, tem vindo a ser deixada ao ritmo de intervenções isoladas que desconhecem o sentido do espaço urbano, a sua história e os seus mitos. Assim que as primeiras luzes inundam a cidade, e como por magia, esta toma inesperadamente novas formas: a unidade perde-se, as relações espaciais confundem-se e a hierarquia visual inverte-se. Estamos perante uma nova realidade em que a iluminação desempenha um papel determinante na recriação do espaço urbano como conjunto de relações interesaciais só perceptíveis quando traduzidas visualmente. A crescente descaracterização e fragmentação visual da imagem das cidades históricas obriga também, ao nível da iluminação, a estabelecer o sentido da unidade, que não poderá ser alcançado com intervenções dispersas que têm vindo a ser desencadeadas, um pouco por todo o lado.

Curiosamente, embora o gosto por projectos de iluminação se tenha conquistado com o crescente interesse pela conservação e valorização do património edificado, a filosofia subjacente



à valorização da imagem do monumento no contexto urbano não tem acompanhado a própria evolução do conceito de bem patrimonial.

Tal como os projectos que, neste século, deram origem à iluminação do Teatro Michell, St. George's Mansions ou da Ponte de Glasgow; da Pirâmide do Louvre, da Torre Eiffel e do Arco do Triunfo, em Paris; da Basílica de S. Marcos, do Campanário e da Igreja de St.^a Maria della Salute, em Veneza ou, ainda, do Coliseu e das célebres fontes de Roma, estas intervenções podem ser apenas consideradas operações de elevado charme visual em que os marcos patrimoniais são alvo de intervenções individualizadas, ainda que de carácter monumental, para a valorização pontual da imagem nocturna da cidade⁴. Assim, cada uma das intervenções mencionadas estão apenas associadas ao monumento e à sua glória⁵, não salvaguardando, portanto, a relação estética e espacial dos objectos iluminados com o próprio contexto urbano ou mesmo entre cada um dos monumentos ou objectos de arte expostos no tecido urbano de uma mesma cidade. Diríamos que é através da

Iluminação Urbana e Ambiental⁶ que se torna possível desenvolver uma filosofia de aproximação à iluminação dos conjuntos históricos com a definição de toda uma estratégia de intervenção que possa reflectir as hierarquias urbanas, distinguindo as relações axiais que as definem e as funções que as qualificam, tal como já tivemos oportunidade de afirmar:

*After having gained a comprehensive understanding of the role of each of those elements identified and seen by day we are able to understand the visual hierarchy of the city and the relationship between its major elements as a clue to translating our intentions into an appropriate lighting design programme for the lighting of our cities by night*⁷.

Mas, se a valorização das cidades históricas só pode ser verdadeiramente encarada quando consideramos o espaço urbano como um *master visual piece*, produto de uma intervenção global e integrada, também a iluminação deverá ser construída de acordo com esse potencial urbano traduzido pelas relações axiais do sistema que geram um constante e consequente exercício


de requintadas oportunidades de experiência urbana possíveis, quando traduzidas e interpretadas no quadro nocturno. É este o modelo que temos vindo a defender, através de uma acção conjunta e articulada não só com os planos de salvaguarda para as cidades históricas, mas com outros instrumentos de planeamento, reconhecidos como veículos de ordenamento espacial (e visual), que devem absorver as acções de conservação e preservação das cidades históricas e das áreas urbanas.

Em Portugal, os primeiros passos dados, para a definição de uma estratégia global de intervenção na área do design de Iluminação, foram desencadeados no Centro Histórico de Évora (UNESCO 1983) com o Programa de Iluminação Urbana e Ambiental⁸. Mais tarde, também foi desenvolvido para o Centro Histórico de Sintra (UNESCO 1995), o qual a própria Câmara nunca virá a respeitar.

Os programas pretendem conciliar todos os parâmetros de intervenção na percepção e estrutura do sistema urbano com o objectivo de criar uma antecipação visual de unidade urbana.

Assim, na sequência da análise e identificação urbana, efectuada a partir do objecto edificado e na relação interespecial do mesmo com o sistema urbano, foram definidos estados distintos de intervenção que se afirmam quanto às suas particularidades urbanas e ambientais (historicidade). Estes estados de intervenção não só reflectem o desenvolvimento urbano do sistema axial, como confirmam a importância de cada nível na percepção das relações axiais patentes no tecido urbano. Esta dimensão urbana é, pois, traduzida, clarificada e reforçada pela própria iluminação, sendo ainda possível visualmente repor equilíbrios perdidos devidos à criação de subsistemas não articulados com o sentido do sistema axial primário. Assim, com o Programa de Iluminação Urbana e Ambiental, estabelece um conjunto de linhas de orientação que viabiliza a criação de um sistema visual urbano criando, assim, uma nova oportunidade de vivência urbana e, portanto, de ordem espacial que complementará o entendimento e a percepção da evolução urbana deste tecido histórico. O próprio processo de transformação urbana leva-nos a procurar um sentido interdisciplinar nas políticas de conservação e reabilitação urbana onde a iluminação, até agora nunca considerada como instrumento modelador do espaço urbano, tem um papel decisivo na leitura das necessidades de salvaguardar o espírito do lugar. Pode-se, assim, deixar de estar nas mãos de 'promotores' da iluminação por catálogo, normalmente, da responsabilidade de fabricantes e distribuidores de produtos de iluminação que têm como único objectivo o de promover o 'negócio' da luz. Urge, pois, repor o sentido e o significado das cidades históricas no seu mais amplo quadro de referência histórica-urbana dentro de uma lógica funcional que potencialize o imagi-

nário colectivo. Este tema foi, pela primeira vez, reconhecido pela Organização das Cidades Património Mundial, como parte integrante das políticas de conservação das cidades históricas, ao ser apresentado, no 8th World Symposium, um Poster Session of the Symposium, in Theme I. sobre "Urban Lighting Design Strategies as Part of Conservation Programmes", Cuzco, Peru, a ter lugar no próximo mês de Setembro 2005.

Neste momento, outros centros históricos que se candidatam à classificação de Património Mundial recorrem a este instrumento de modelação de espaços e relações visuais como parte da sua política de intervenção e revalorização da identidade do lugar. Encontramo-nos, assim, envolvidos no projecto de Plano Maestro da Cidade de San Luis Potosi, México. 

NOTAS

- 1 Choay, Françoise, *L'Allegorie du patrimoine*, p.9.
- 2 Portas, Nuno, em *Conferência da Sociedade para a Preservação do Património Construído*.
- 3 Pinto-Coelho, Maria João, *A importância da iluminação urbana na imagem da cidade: opções axiais e configuração urbana*, tese de doutoramento.
- 4 Podemos falar igualmente do caso da cidade de Lisboa, onde as obras arquitectónicas monumentais são, ciclicamente, alvo de valorização da sua imagem, registando-se, ao longo do tempo, novas "imagens", consoante as soluções de iluminação encontradas, como forma de valorização da espaço histórico da cidade.
- 5 *Trouvant l'épaisseur de la nuit, le monument, telle apparition d'une divinité en gloire, semble rayonner l'éternité. La lumière artificielle fait à l'ombre une part royale, pour en délivrer des figures sans rides, des formes perçues, des topographies inconnues.* Choix, F., op. cit., p. 166.
- 6 Este conceito de iluminação por nós criado pretende incluir todos os aspectos funcionais mais emocionais que a luz artificial pode exprimir, exaltar ou sugerir. É uma operação ao nível do espaço urbano que oferece, atribui e interpreta o status do sítio, integrando e envolvendo todos os elementos geradores do espaço urbano a participar na imagem final.
- 7 Pinto-Coelho, Maria João, "Stepping out of Darkness. A Coordinated Approach to Lighting our Cities After Dark", *Msc Light & Lighting*, p.19.
- 8 Aprovado em reunião de Câmara, em 1993.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., *L'espace et le temps aujourd'hui*, Paris: Éditions du Seuil, 1993.
- CERDÀ, Ildelfonso, *La théorie générale de l'urbanisation*, apresentada e adaptada por Antonio Lopez de Abasturi, Paris: Éditions du Seuil, 1979.
- CHOAY, Françoise, *L'allégorie du patrimoine*, Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- Conventions and Recommendations of UNESCO Concerning the Protection of the Cultural Heritage*, Paris: UNESCO, 1983.
- Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, volume XLII, Angra do Heroísmo, 1985.
- LE CORBUSIER, *La Chartre d'Athènes*, com um discurso inicial de Jean Giraudoux, Paris: Minuit, 1957.
- Monuments historiques. Patrimoine Mondial. Monuments et sites français*, n.º 182, Julho-Agosto, 1992.
- Património arquitectónico e arqueológico classificado*, volumes 2 e 3, Lisboa: I.P.P.A.R., 1993.
- PINTO-COELHO, M.J., *A importância da iluminação na imagem da cidade: opções axiais e configuração urbana*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1996.
- PINTO-COELHO, M.J., *Programa de Iluminação Urbana e Ambiental para o Centro Histórico de Évora*, Câmara Municipal de Évora, 1993.
- PINTO-COELHO, M.J., "Stepping out of Darkness. A Coordinated Approach to Lighting our Cities after Dark", *Msc Light & Lighting*, Bartlett School of Architecture and Planning, University College London, 1990.
- PORTAS, Nuno, *Conferência da Sociedade para a Preservação do Património Construído*, Padrão dos Descobrimentos, Lisboa: 1996
- Revista Científica 2. Cidades Históricas*, Xunta de Galiza, Comité Nacional Español de ICOMOS, 1993.
- RIEGL, Alois, *Le Culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*, traduzido do alemão por Daniel Wiczorek, introdução de Françoise Choay, Paris: Éditions du Seuil, 1984.
- SITTE, Camillo, *L'Art de bâtir les villes. L'urbanisme selon ses fondements artistiques*, traduzido do alemão por Daniel Wiczorek, prefácio de Françoise Choay, Paris: Livre & Communication, 1990 (1.ª ed. 1980).
- WEBBER, Melvin M., *L'Urban sans lieu ni bornes*, traduzido do inglês por Xavier Guilot, prefácio e anotações de Françoise Choay, Paris: L'Aube, 1996 (1.ª ed. 1964).
- Zonas especiais de protecção*, compilação de José Manuel Silva Passos, Lisboa: A.A.P., 1989.

M. J. PINTO-COELHO,
Arquiteta, Dip. Arch, M.Sc, Ph.D
Membro Profissional da IALD (International Association of Lighting Designers), Lightmotif